



São Carlos Clube

Resumo do

Balanço

Patrimonial

Encerrado em 30/06/2015

Demonstrações contábeis

São Carlos Clube

Período de seis meses findo em 30 de Junho de 2015

São Carlos Clube

Demonstrações contábeis de 30 de junho de 2015

Índice

Relatório dos auditores independentes.....	3
Demonstrações contábeis	
Balancos patrimoniais.....	8
Demonstrações do resultado.....	9
Demonstrações do resultado abrangente.....	9
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido.....	10
Demonstrações dos fluxos de caixa.....	11
Demonstrações do valor adicionado.....	12
Notas explicativas às demonstrações contábeis.....	13

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis

Aos Conselheiros e Diretores do

São Carlos Clube

São Carlos – São Paulo

Fomos contratados para examinar as demonstrações contábeis do São Carlos Clube (“Entidade”), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2015 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de 6 (seis) meses findo naquela data assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração da Entidade sobre as demonstrações contábeis

A administração da Entidade é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Em decorrência dos assuntos descritos no parágrafo Base para abstenção de opinião, não nos foi possível obter evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião de auditoria.

Base para abstenção de opinião

- (i) As demonstrações contábeis findas em 31 de dezembro de 2014 e 1º de janeiro de 2014 da Entidade, não foram auditadas por nós ou por outros auditores independentes, não tendo sido possível obtermos evidência de auditoria apropriada e suficiente com relação a tais demonstrações contábeis, cujos valores são apresentados para fins comparativos e, conseqüentemente, não emitimos opinião sobre elas. Além disso, os exames adicionais desenvolvidos sobre transações e valores que compõem os saldos em 31 de dezembro de 2014 e 1º de janeiro de 2014, não foram suficientes para assegurar que tais saldos não tenham efeitos relevantes sobre o resultado do período, o resultado abrangente do período, as mutações do patrimônio líquido e os fluxos de caixa relativos ao período findo em 30 de junho de 2015.

- (ii) Fomos contratados como auditores da Entidade após 30 de junho de 2015. Desta forma, não foi possível acompanharmos os procedimentos de contagem física (inventário) dos estoques no início e no final do período findo em 30 de junho de 2015. Adicionalmente, não foi possível realizarmos procedimentos alternativos de auditoria que nos permitissem ter segurança adequada sobre às quantidades em estoque em 30 de junho e 1º de janeiro de 2015, cujos saldos representavam os montantes de R\$100.730 e R\$192.051, respectivamente. Cabe destacar ainda que, o sistema de informação de controle do estoque permite a realização de lançamentos manuais por diversos colaboradores, bem como de ajustes manuais de inventários valorizados pelo último preço de compra, o que pode distorcer a valorização dos estoques mensurados ao custo médio. Em decorrência desse assunto, não foi possível determinar se seria necessário realizar ajustes em relação aos estoques registrados ou não registrados, assim como nos elementos componentes das demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa.
- (iii) A Entidade possui deficiências em seus controles internos que afetam as principais contas patrimoniais e de resultados, desde a sua formação até o seu registro efetivo. Preponderantemente, a falta de controles internos eficazes decorre do uso de diversos sistemas de informação, com deficiências de integrações, ausência de travas e necessidade de diversos lançamentos manuais. Tais deficiências podem afetar de forma significativa a acuracidade das informações contábeis e fiscais da Entidade. Apesar de realizarmos procedimentos adicionais de auditoria, não nos foi possível determinar todos os potenciais efeitos que poderiam advir destas deficiências nas demonstrações contábeis do período findo em 30 de junho de 2015.
- (iv) A Entidade possui deficiências nos sistemas contábil e de controles internos do ativo imobilizado, principalmente de: (i) não existência de controle patrimonial individualizado; e (ii) falta de determinação de vidas úteis e de valor residual destes ativos. Consequentemente, o saldo do ativo imobilizado, do resultado do período e do patrimônio líquido da Entidade poderiam ser diferentes dos apresentados nas demonstrações contábeis do período findo em 30 de junho de 2015.
- (v) Efetuamos, em base amostral, testes documentais de auditoria nas contas de resultado, de custos e despesas operacionais, tendo detectado a inexistência de documentação suporte adequada em alguns casos de serviços contraídos de terceiros. Adicionalmente, para alguns desses serviços prestados a Entidade possuía a obrigação de apuração e retenção do imposto de renda (IRRF) e do imposto previdenciário (INSS), para os quais não identificamos a correta apuração e recolhimento (liquidação do passivo tributário). Não nos foi possível quantificar os possíveis efeitos que poderiam advir dessas deficiências de controles internos, bem como os potenciais passivos ocultos oriundos destas obrigações tributárias não retidas nas demonstrações contábeis do período findo em 30 de junho de 2015.

- (vi) A Entidade alterou, no período corrente, sua política contábil para o reconhecimento contábil de eventos provisões de férias e 13º salário relacionados com as obrigações sociais e trabalhistas do regime de caixa para o regime de competência, porém não estendeu essa mesma alteração ao exercício comparativo, conforme é requerido pelas práticas contábeis adotadas no Brasil, tendo registrado todo o efeito do reconhecimento da provisão de férias no resultado do período corrente. Consequentemente, o resultado do período, o resultado abrangente do período e o patrimônio líquido, em 30 de junho de 2015, não são comparáveis aos valores correspondentes, bem como podem estar subavaliados. Cabe destacar que, apesar de realizarmos procedimentos adicionais de auditoria, os possíveis efeitos que poderiam advir dessas deficiências não foram possíveis de serem determinados.
- (vii) A Entidade auferiu algumas receitas decorrentes de prestação de serviço ou de venda de produtos que podem ser caracterizadas como de caráter contraprestacional direto e, dessa forma, estariam sujeitas à incidência da Cofins. O inciso X, do artigo 14, da MP nº 2.158-35/01, prevê a isenção da Cofins sobre as receitas relativas às atividades próprias. Entretanto, o artigo 47, inciso II, § 2º, da IN RFB nº 247/02 preconiza que receitas derivadas das atividades próprias são aquelas, dentre outros fatores, sem caráter contraprestacional direto. Considerando que a Entidade não possui um parecer jurídico demonstrando se há o enquadramento de todas as suas receitas no contexto da MP 2.158-35/01, ou seja, se todas as receitas são decorrentes de atividades próprias, bem como por haver indícios da existência de receitas que podem se caracterizar como de caráter contraprestacional direto, a Entidade pode ter uma obrigação presente não reconhecida nas demonstrações contábeis de 30 de junho de 2015. Como consequência dessa limitação, não nos foi possível determinar se haveria ou não a existência de possíveis efeitos sobre o passivo, o resultado do período, o resultado abrangente do período e o patrimônio líquido, em 30 de junho de 2015, decorrente deste assunto.
- (viii) No período de 6 (seis) meses findo em 30 de junho de 2015, a Entidade recebeu aproximadamente R\$1.324.778 de recursos mensalmente pagos pelos associados especificamente para a realização de investimentos e os contabiliza diretamente no patrimônio líquido, na conta Reserva de construção, cuja realização no período no montante de R\$1.274.347 ocorreu por transferência do saldo à conta de superávit acumulado, também alocada ao patrimônio líquido, sem reconhecimento de receita de subvenção no resultado. Todavia, a essência dessa transação é a de subvenção relacionada a ativos, cujo tratamento contábil deve seguir o regime de competência, em que a receita de subvenção seja reconhecida em bases sistemáticas e racionais, ao longo do período necessário e confrontada com as despesas correspondentes. Neste caso de subvenção relacionada a ativo depreciable deve ser reconhecida como receita ao longo do período da vida útil do bem e na mesma proporção de sua depreciação. A Entidade não possui os controles internos necessários para o controle e reconhecimento contábil das receitas de subvenção. Consequentemente, não nos foi possível determinar os possíveis efeitos de aumento do resultado do período, do resultado abrangente do período e do patrimônio líquido.

- (ix) Conforme mencionado na nota explicativa nº 2, item 5, a Administração da Entidade efetuou ajustes decorrentes de retificação de erros, registrando-os diretamente no patrimônio líquido do período findo em 30 de junho de 2015. Contudo, a Entidade deveria corrigir os erros materiais de períodos anteriores retrospectivamente, por reapresentação dos valores comparativos para o período anterior apresentado, ou seja, em 31 de dezembro de 2014.
- (x) Conforme mencionado na nota explicativa nº 24, a Administração instaurou sindicância interna para apurar comportamentos não adequados em informações financeiras, tendo detectado a ocorrência de pagamentos indevidos no montante de R\$122.707, feitos a colaboradores e ex-colaboradores da Entidade, entretanto, devido às deficiências nos controles internos da Entidade, não nos foi possível concluir sobre a totalidade de pagamentos indevidos, podendo existir outros saldos não detectados pelos procedimentos aplicados em tal sindicância.

Abstenção de opinião

Devido à relevância dos assuntos descritos no parágrafo Base para abstenção de opinião, não nos foi possível obter evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião de auditoria. Consequentemente, não expressamos opinião sobre as demonstrações contábeis acima referidas.

Ênfase

Em 15 de setembro de 2015 emitimos relatório de auditoria com abstenção de opinião sobre as demonstrações contábeis da Entidade, que ora estão sendo reapresentadas. Conforme descrito na nota explicativa nº 2, item 6, essas demonstrações contábeis findas em 30 de junho de 2015 foram alteradas e estão sendo reapresentadas para refletir o reconhecimento dos passivos relacionados com as provisões de férias e 13º salário (correção de erro) descrito na referida nota explicativa. Consequentemente, a ressalva relacionada com o referido assunto foi modificada e passou a conter o conteúdo descrito no parágrafo vi da Base para abstenção de opinião, porém as alterações dessa reapresentação não causam modificação no tipo de opinião anteriormente emitido.

Também chamamos a atenção para a modificação efetuada nestas demonstrações contábeis, em comparação à anteriormente emitida em 15 de setembro de 2015, com a inclusão da nota explicativa nº 24 às demonstrações contábeis, que descreve os reflexos de sindicância interna para apurar comportamentos não adequados em informações financeiras, tendo detectado a ocorrência de pagamentos indevidos feitos a colaboradores e ex-colaboradores da Entidade.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

Examinamos, também, a demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao período de 6 (seis) meses findo em 30 de junho de 2015, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para entidades abertas. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

São Paulo, 22 de fevereiro de 2016.



Ricardo José Patine Filho
Sócio Diretor
CRC 1SP252050/O-9
Verdus Auditores Independentes
(Independent member of Integra International)
CRC 2SP027296/O-2

SÃO CARLOS CLUBE

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 30 DE JUNHO DE 2015 E 31 DE DEZEMBRO DE 2014
(Valores expressos em reais)

ATIVO	30/06/15 ("Reapresentado")	31/12/14 ("Não auditado")	Nota	PASSIVO	30/06/15 ("Reapresentado")	31/12/14 ("Não auditado")	Nota
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	45.562	77.962	4	Fornecedores	1.141.055	563.799	8
Contas a receber	1.131.460	2.236.605	5	Obrigações sociais e trabalhistas	1.177.603	1.081.684	9
Estoques	100.732	192.051		Obrigações tributárias	463.721	108.779	10
Outros recebíveis	440.663	211.275	6	Parcelamentos tributários	663.626	99.483	11
Total do ativo circulante	1.718.417	2.717.893		Outras obrigações	79.641	196.393	12
				Total do passivo circulante	3.525.646	2.050.138	
Não Circulante				Não Circulante			
Realizável a longo prazo				Parcelamentos tributários	413.024	140.934	11
Outros recebíveis	309.472	428.091	6	Outras obrigações	-	428.091	12
Imobilizado	26.830.441	26.024.340	7	Provisão de contingências	168.272	-	13
Total do ativo não circulante	27.139.913	26.452.431		Total do passivo não circulante	581.296	569.025	
Total do ativo	28.858.330	29.170.324		Patrimônio líquido			
				Reserva de fundo social	-	572.500	14
				Reserva de construção	4.057.028	4.006.597	
				Superávit acumulado	20.694.360	21.972.064	
				Total do patrimônio líquido	24.751.388	26.551.161	
				Total do passivo e patrimônio líquido	28.858.330	29.170.324	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

SÃO CARLOS CLUBE

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADO DOS PERÍODOS DE SEIS MESES
 FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2015 E 2014
 (Valores expressos em reais)

	Nota	<u>30/06/15</u>	<u>30/06/14</u>
		("Reapresentado")	("Não auditado")
Receita operacional líquida	15	7.257.014	6.668.687
Custos dos serviços prestados	16	<u>(7.884.308)</u>	<u>(6.223.312)</u>
Resultado bruto		(627.294)	445.375
(Despesas) receitas operacionais:			
Despesas gerais e administrativas	17	(491.005)	(386.851)
Despesas comerciais	18	(113.871)	(108.336)
Outras receitas e despesas	19	<u>(72.358)</u>	<u>8.470</u>
(Déficit)/Superávit antes do resultado financeiro		(1.304.528)	(41.342)
Receitas financeiras	20	59.058	21.712
Despesas financeiras	20	<u>(684.032)</u>	<u>(120.456)</u>
(Déficit)/Superávit do período		<u>(1.929.502)</u>	<u>(140.086)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

SÃO CARLOS CLUBE

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADO ABRANGENTE DOS PERÍODOS DE SEIS MESES
 FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2015 E 2014
 (Valores expressos em reais)

	<u>30/06/15</u>	<u>30/06/14</u>
	("Reapresentado")	("Não auditado")
(Déficit)/Superávit do período	<u>(1.929.502)</u>	<u>(140.086)</u>
Outros itens de resultado abrangente	-	-
(Déficit)/Superávit abrangente total do período	<u>(1.929.502)</u>	<u>(140.086)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

SÃO CARLOS CLUBE

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DOS PERÍODOS DE SEIS MESES
 FIMOS EM 30 DE JUNHO DE 2015 E 2014
 (Valores expressos em reais)

	Nota	Reserva de fundo social	Reserva de construção	Superávit acumulado	Total do patrimônio líquido
Saldo em 1º de janeiro de 2014 ("Não auditado")	14	464.400	3.839.457	20.514.553	24.818.410
Constituição de Reserva de construção			1.202.451		1.202.451
Realização de reserva de construção			(942.015)	942.015	-
Déficit do período				(140.086)	(140.086)
Saldo em 30 de junho de 2014 ("Não auditado")		464.400	4.099.893	21.316.482	25.880.775
Saldo em 1º de janeiro de 2015		572.500	4.006.597	21.972.064	26.551.161
Baixa de reserva de fundo social		(572.500)			(572.500)
Constituição de reserva de construção			1.324.778		1.324.778
Realização de reserva de construção			(1.274.347)	1.274.347	-
Déficit do período				(1.929.502)	(1.929.502)
Ajustes de exercícios anteriores				(622.549)	(622.549)
Saldo em 30 de junho de 2015 ("Reapresentado")		-	4.057.028	20.694.360	24.751.388

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

SÃO CARLOS CLUBE

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO
DOS PERÍODOS DE SEIS MESES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2015 E 2014
 (Valores expressos em reais)

	Nota	30/06/15 ("Reapresentado")	30/06/14 ("Não auditado")
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Deficit do Período		(1.929.502)	(140.086)
<u>Reconciliação de itens sem efeitos de caixa:</u>			
Provisão de contingências	13	168.272	-
Provisão de férias e 13º Salários	9	723.912	-
<u>Ajustes de:</u>			
Contas A Receber	19	(50.550)	-
Obrigações Tributárias	19	70.125	-
Outras Obrigações	19	169.527	-
Parcelamentos Tributários		81.983	-
Provisão de férias e 13º Salários			
Exercícios Anteriores		(622.549)	-
Déficit Ajustado		(1.388.782)	(140.086)
<u>Variação de ativos:</u>			
Contas a Receber		528.781	(171.108)
Aplicações Financeiras		-	(72.617)
Outros Recebíveis circulante e não circulante		(491.691)	(2.554)
Estoques		91.319	2.640
<u>Variação de passivos:</u>			
Contas a pagar		577.255	(37.494)
Obrigações Sociais e Trabalhistas		(627.993)	(258.928)
Obrigações Tributárias		277.626	61.434
Outras Obrigações circulante e não circulante		(279.033)	(88.623)
Parcelamentos tributários circulante e não circulante		761.440	298.449
Fluxo de caixa consumido pelas atividades operacionais		(551.078)	(408.887)
<u>Fluxo de caixa das atividades de investimento</u>			
Aquisição Imobilizado	7	(806.101)	(905.966)
Constituição de reserva de construção	14	1.324.779	1.202.451
Fluxo de caixa gerado/(aplicado) nas atividades de investimento		518.678	296.485
(Redução) de caixa e equivalentes de caixa		(32.400)	(112.402)
Caixa e equivalentes de caixa no início do período		77.962	171.602
Caixa e equivalentes de caixa no final do período		45.562	59.200
(Redução) de caixa e equivalentes de caixa		(32.400)	(112.402)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

SÃO CARLOS CLUBE**DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO DOS PERÍODOS DE SEIS MESES
FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2015 E 2014
(Valores expressos em reais)**

	<u>30/06/15</u>	<u>30/06/14</u>
	("Reapresentado")	("Não auditado")
Receitas		
Receita de serviços de manutenção (custeio)	4.569.227	4.177.925
Receita de venda de produtos	1.095.263	1.199.704
Outras receitas	1.186.646	1.296.729
Insumos adquiridos de terceiros		
Custos dos serviços prestados e produtos vendidos	(2.474.257)	(1.940.010)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(1.420.370)	(1.363.361)
Valor adicionado líquido gerado	<u>2.956.509</u>	<u>3.370.987</u>
Valor adicionado recebido em transferência		
Receitas financeiras	59.058	21.712
Valor adicionado total a distribuir	<u>3.015.567</u>	<u>3.392.699</u>
Distribuição do valor adicionado	<u>(3.015.567)</u>	<u>(3.392.699)</u>
Empregados		
Remuneração direta	(3.021.004)	(2.261.758)
Benefícios	(249.532)	(225.209)
FGTS	(160.325)	(165.655)
Impostos, taxas e contribuições		
Federais	(622.702)	(607.244)
Estaduais	(2.124)	(1.389)
Municipais	(223.473)	(161.071)
Remuneração de capitais de terceiros		
Juros	(672.530)	(113.259)
Aluguéis	6.621	2.800
Remuneração de capitais próprios		
Deficit do Período	1.929.502	140.086

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

1. Contexto operacional

Fundado em 1 de janeiro de 1944, resultado da fusão entre São Carlos Tênis Clube, Clube Comercial e Paulista Esporte Clube, o SÃO CARLOS CLUBE, adiante denominado "Entidade", que tem sua sede e foro na Cidade de São Carlos, no Estado de São Paulo, é uma sociedade civil sem fins lucrativos que tem por objetivo proporcionar aos seus associados prática desportiva exclusivamente amadora, bem como a realização de reuniões de caráter social, cultural e recreativo; complementarmente, serão desenvolvidas atividades de bares, lanchonetes e restaurantes, quer por autogestão ou de forma terceirizada.

2. Apresentação e elaboração da demonstração contábil

2.1 Declaração de conformidade (com relação às normas do CPC)

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis aplicáveis às Pequenas e Médias Entidades, que abrange o pronunciamento técnico CPC PME (R1) - Contabilidade para Pequenas e Médias Entidades (NBC TG 1000), emitido pelo CPC (Comitê de Pronunciamentos Contábeis) e com a resolução CFC n.º 1.409/12, que aprovou a ITG 2002 – Entidade sem Finalidade de Lucros.

A emissão das demonstrações contábeis foi autorizada pela Diretoria em 5 de novembro de 2015.

A Entidade adotou todas as normas, revisões de normas e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), que estavam em vigor em 30 de junho de 2015.

2.2 Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

2.3 Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações contábeis são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Entidade. A Entidade não realizou transações em moeda estrangeira.

2.4 Uso de julgamentos e estimativas

A preparação das demonstrações contábeis de acordo com as normas CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistos de maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

As informações de incertezas sobre premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício financeiro estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota 13 - Provisão para contingências

2.5 Retificação de erros

No curso do fechamento contábil de 30 de junho de 2015, a Entidade identificou a necessidade de retificação de erros e efetuou ajustes de saldos dentro do patrimônio líquido, na conta "ajustes de exercícios anteriores". Esses efeitos foram em decorrência, principalmente, da falta de conciliação entre os sistemas de informação e o contábil da Entidade. Abaixo destacamos o resumo das naturezas desses ajustes nas demonstrações contábeis:

	30/06/2015
Parcelamentos tributários	(116.364)
Fornecedores	(135.986)
Obrigações tributárias	(119.170)
Contas a receber	(357.390)
Outros	<u>106.361</u>
Ajustes de exercícios anteriores	<u>(622.549)</u>

2.6 Reapresentação das demonstrações contábeis

O Conselho Fiscal requereu à administração da Entidade que determinasse o montante das provisões de férias e 13º salário incidentes sobre as obrigações sociais e trabalhistas, na base de 30 de junho de 2015, cuja prática contábil de reconhecimento desses eventos pelo regime de competência não foi atendido naquelas demonstrações contábeis aprovadas pela Administração em 15 de setembro de 2015.

Dessa forma, a Administração, no compromisso com a transparência e lisura de suas demonstrações contábeis, decidiu por reemitir aquelas demonstrações contábeis findas em 30 de junho de 2015 e a reemite, por estas demonstrações contábeis, que

contêm as seguintes alterações relacionadas com o reconhecimento das provisões de férias e 13º salário:

- (i) No passivo, ocorreu um ajuste, em 30 de junho de 2015, na conta Obrigações sociais e trabalhistas, que passou de R\$ 453.691 para R\$ 1.177.603, referente ao ajuste de R\$ 723.912, cuja contrapartida se deu no resultado do período, na rubrica Custo dos serviços prestados.
- (ii) Por consequência do ajuste acima, o resultado e o resultado abrangente do período passaram de menos R\$ 1.205.590 para menos R\$1.929.502 e o patrimônio líquido passou de R\$ 25.475.300 para R\$ 24.751.388.

3. Descrição das principais políticas contábeis

3.1. Instrumentos financeiros básicos

A Entidade adotou integralmente a seção 11 do Pronunciamento Técnico CPC PME para definir os aspectos de reconhecimento, reversão, mensuração e divulgação de instrumentos financeiros básicos. Por não possuir instrumentos financeiros complexos, a seção 12 não é aplicável.

Instrumentos financeiros básicos incluem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber e outros recebíveis, assim como fornecedores e outras obrigações.

Instrumentos financeiros básicos são reconhecidos inicialmente pelo custo da operação acrescido, para instrumentos que não sejam reconhecidos pelo valor justo por meio do resultado, de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Posteriormente ao reconhecimento inicial, esses instrumentos financeiros básicos são mensurados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros, deduzido de eventuais reduções em seu valor recuperável.

A Entidade reconhece os instrumentos financeiros básicos na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Entidade se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A Entidade desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Entidade transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Eventual participação que seja criada ou retida pela Entidade nos ativos financeiros são reconhecidos como um ativo ou passivo individual.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, somente quando, a Entidade tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação ou considerados de liquidez imediata.

3.2. Estoques

Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. Os custos dos estoques são avaliados ao custo médio de aquisição e incluem gastos incorridos na aquisição de estoques e outros custos incorridos em trazê-los às suas localizações e condições existentes.

O valor realizável líquido é o preço estimado de venda no curso normal dos negócios, deduzido dos custos estimados de conclusão e despesas de vendas.

3.3. Imobilizado

Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada.

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis a aquisição de um ativo. O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item, caso seja provável que os benefícios econômicos incorporados dentro do componente irão fluir para a Entidade e que o seu custo pode ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido repostado por outro é baixado. Os custos de manutenção no dia-a-dia do imobilizado são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado, e são reconhecidos líquidos dentro de outras receitas (despesas) operacionais líquidas no resultado.

Custos de manutenção

Gastos subsequentes são capitalizados na medida em que seja provável que benefícios futuros associados com os gastos serão auferidos pela Entidade. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são registrados no resultado.

Depreciação

Os itens do ativo imobilizado não estão sendo depreciados.

3.4. Redução ao valor recuperável - Impairment

Ativos financeiros (contas a receber e outros recebíveis)

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se houver evidência de que tenha ocorrido um evento de perda após o reconhecimento inicial do ativo, e que o evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, a reestruturação do valor devido à Entidade sobre condições que a Entidade não consideraria em outras transações, indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência, ou o desaparecimento de um mercado ativo para um título.

A Administração da Entidade identificou a necessidade de provisão para recuperabilidade em 30 de junho de 2015, conforme apresentado na nota explicativa n.º 5.

Ativos não financeiros (imobilizado)

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Entidade, que não os estoques, são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado.

Exceto pelos possíveis efeitos acumulados decorrente de depreciação não reconhecida sobre os ativos imobilizados, os quais não foram determinados, a Administração da Entidade não identificou qualquer evidência que justificasse a necessidade de provisão para recuperabilidade em 30 de junho de 2015.

3.5. Passivos circulantes e não circulantes

Obrigações sociais e trabalhistas

Refere-se exclusivamente aos valores salários, respectivos encargos sociais e outros benefícios incidentes sobre a folha de salários. Não são reconhecidas as provisões de férias e 13º salários por competência, concomitante à prestação de serviços do colaborador, ou seja, são registradas por regime de caixa.

Fazem parte da política de benefícios concedidos aos empregados: assistência médica, vale alimentação e vale-transporte.

Obrigações tributárias

Contempla, relevantemente, os impostos federais e municipais retidos na fonte dos prestadores de serviços, além de IPTU e ICMS incidente sobre vendas de produtos.

A Entidade, por se considerar uma entidade que atende aos requisitos constitucionais que lhe conferem a condição de imunidade, não possui a incidência do imposto de renda e da contribuição social sobre os superávits apurados. Adicionalmente, possui isenção da COFINS sobre as receitas relativas às atividades próprias, com base no inciso X, do artigo 14, da MP nº 2.158-35/01.

3.6. Provisões

As provisões são reconhecidas quando a Entidade possui uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de um evento passado, é provável que terá de liquidar a obrigação e quando é possível mensurar de forma confiável o valor da obrigação.

3.7. Ativos e passivos circulantes e não circulantes

Os ativos e passivos são apresentados nas demonstrações contábeis como circulantes quando os prazos de realização e/ou vencimento desses itens não excedem a 12 (doze) meses da data-base de apresentação. Quando o referido prazo de realização e/ou vencimento excede a tal prazo, os saldos são apresentados como ativos e passivos não circulantes.

3.8. Receita operacional

Prestação de serviços

A receita operacional decorrente dos serviços prestados até a data do balanço refere-se a contribuições associativas, de títulos e de taxas esportivas, e é reconhecida no resultado linearmente por valores fixos determinados aos associados.

Venda de Produtos

A receita operacional da venda de produtos refere-se aos produtos consumidos nos bares e restaurante internos pelos associados, no curso normal das atividades sociais da Entidade, e é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber.

Outras receitas

Outras receitas referem-se, principalmente, a taxa sobre venda de títulos patrimoniais entre associados ou a receitas decorrentes de venda própria de títulos patrimoniais em nome da Entidade, a venda de convites para eventos

sociais, entre outras, e são medidas pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber.

3.9. Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem substancialmente rendimentos de aplicações financeiras, juros e multas contratuais. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem substancialmente despesas com juros sobre saldo negativo bancário, passivos financeiros e tributários liquidados em atraso e a despesas bancárias.

3.10. Determinação do ajuste a valor presente

A Entidade entende que as contas a receber e outros recebíveis, assim como os fornecedores e contas a pagar não sofrem impactos significativos de ajuste a valor presente devido à rápida realização de recebimento e pagamento, respectivamente.

4. Caixas e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa

31/12/2014

Caixa
Bancos conta movimento

	30/06/2015	31/12/2014
		("Não auditado")
	34.213	48.481
	11.349	29.481
	45.562	77.962

As operações foram contratadas com instituições financeiras que operam no Brasil, possuem liquidez imediata e com risco insignificante de mudança de seu valor de mercado e sem penalidades.

5. Contas a receber

	30/06/2015	31/12/2014
		("Não auditado")
Contas a receber	1.427.617	2.236.605
Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa	(296.157)	-
	1.131.460	2.236.605

A seguir apresenta-se o aging list do contas a receber:

	<u>30/06/2015</u>
A vencer	1.000.510
Vencidos de 0 a 30 dias	44.935
Vencidos de 31 a 90 dias	28.126
Vencidos de 91 a 180 dias	57.889
Vencidos há mais de 180 dias	<u>296.157</u>
	<u>1.427.617</u>

A seguir apresenta-se a movimentação das Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa :

	<u>30/06/2015</u>
Saldo em 1º de janeiro (“Não auditado”)	-
Adições	(296.157)
Baixas	-
	<u>(296.157)</u>
Saldo no final do período	<u> </u>

A Administração entende que o saldo de provisão para perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa é suficiente para refletir as reais perdas na realização de seu contas a receber.

6. Outros recebíveis – circulante e não circulante

	<u>30/06/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
		("Não auditado")
Títulos patrimoniais vendidos	706.152	622.191
Adiantamentos a empregados	47.464	14.194
Adiantamentos a fornecedores	12.732	2.312
Outros	413	450
Depósitos Judiciais	219	219
Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa	(16.845)	-
	<u>750.135</u>	<u>639.366</u>
Total		
Circulante	440.663	211.275
Não circulante	<u>309.472</u>	<u>428.091</u>

Os outros recebíveis não circulantes referem-se a títulos patrimoniais vendidos e são corrigidos a cada 12 (doze) meses da data da venda, por taxa definida em orçamento pela Administração, sendo que a taxa vigente foi de 9,8% a.a. Portanto, estão atualizados ao valor presente na data-base de apresentação.

7. Imobilizado

<u>Custo histórico</u>	1º/01/2015	Adições	Baixas	Transferências	30/06/2015
	(“Não auditado”)				
Terrenos	9.674.796	-	-	-	9.674.796
Edificações	8.048.101	40.704	-	3.869.311	11.958.116
Obras andamento	4.538.221	517.959	-	(3.682.475)	1.373.705
Sede de campo	1.133.937	107.211	-	(38.807)	1.202.341
Dpto. esportes	1.093.713	12.563	-	(203.322)	902.954
Dpto administração	809.976	33.402	-	(19.240)	824.138
Bares campo	533.449	2.880	-	-	536.329
Dpto. sauna	96.169	5.187	-	-	101.356
Bar avenida	58.067	-	-	-	58.067
Sede avenida	26.182	-	-	-	26.182
Almoxarifado	6.729	-	-	-	6.729
Outros	5.000	-	-	-	5.000
Softwares	-	86.195	-	74.533	160.728
Total	26.024.340	806.101	-	-	26.830.441

Considerando o constante investimento efetuado nas estruturas físicas da Entidade para atendimento à finalidade social, as obras em andamento representam um ativo relevante e de constante movimentação financeira. A seguir apresentam-se os saldos dessas obras:

<u>Obras em andamento</u>	30/06/2015	Adições	31/12/2014
			(“Não auditado”)
Pista de atletismo	1.022.752	383.425	639.327
Obra restaurante	228.164	107.487	120.677
Academia	118.878	15.744	103.134
Reforma sala pilates	3.910	3.910	-
Total no final do período	1.373.705	510.566	863.138

<u>Obras concluídas</u>	<u>30/06/2015</u>	<u>Adição</u>	<u>31/12/2014</u> (“Não auditado”)
Ginásio coberto	-	188	1.822.056
Reforma campo paulista	-	1.032	1.006.911
Sede de Campo	-	-	319.844
Reforma casa de máquinas	-	-	239.921
Campo society	-	1.882	179.144
Poço Artesiano	-	785	41.311
Obra vestiários piscina	-	3.325	23.550
Piscina coberta	-	-	18.739
Reforma sala gerência	-	-	12.653
Obra bar do bosque	-	181	7.265
Estacionamento	-	-	3.689
Total de obras concluídas	-	7.393	3.675.082
Total andamento e concluída	1.373.705	517.959	4.538.221

Conforme mencionado nas práticas contábeis, a Entidade não realiza a depreciação de seus ativos imobilizados.

Em 30 de junho de 2015 e 31 de dezembro de 2014, não havia ativos imobilizados concedidos em garantia a terceiros.

8. Fornecedores

	<u>30/06/2015</u>	<u>31/12/2014</u> (“Não auditado”)
Fornecedores de produtos e serviços	1.141.055	563.799

Referem-se a bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal das atividades da Entidade. Devido à rápida realização em curto prazo, não há efeito relevante de ajuste a valor presente.

9. Obrigações sociais e trabalhistas

	<u>30/06/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
	(“Reapresentado”)	(“Não auditado”)
Provisão de Férias	381.354	-
Ordenados e salários a pagar	206.004	171.544
Provisão de 13º salário	154.560	-
INSS a recolher	127.729	815.655
Provisão INSS sobre Férias	103.270	-
Provisão INSS sobre 13º Salário	41.855	-
INSS retido de terceiros	41.144	15.283
Contribuição sindical a recolher	40.592	26.534
Provisão FGTS sobre Férias	30.508	-
FGTS a recolher	26.636	39.344
Provisão FGTS sobre 13º Salário	12.365	-
PIS a recolher	10.259	12.832
Pensão judicial a pagar	1.327	492
	<u>1.177.603</u>	<u>1.081.684</u>

10. Obrigações tributárias

	<u>30/06/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
		(“Não auditado”)
IPTU a recolher	375.003	50.212
ICMS a recolher	46.205	24.458
ISS retido a recolher	20.529	3.504
IRRF a recolher	20.104	27.153
Pis/Cofins/Csll s/ serviços a recolher	1.880	3.452
	<u>463.721</u>	<u>108.779</u>

11. Parcelamentos tributários – circulante e não circulante

	<u>30/06/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
		(“Não auditado”)
Parcelamentos INSS	932.523	240.417
Parcelamento IPTU	103.558	-
Parcelamento ISS	40.569	-
Total	<u>1.076.650</u>	<u>240.417</u>
Circulante	663.626	99.483
Não circulante	<u>413.024</u>	<u>140.934</u>

Os parcelamentos tributários previdenciários foram efetuados por via ordinária e possuem um prazo mensal de pagamento de 20 a 40 meses, remunerados mensalmente pela taxa Selic. Abaixo apresentam-se os valores mensais das parcelas em 30 de junho de 2015 e as datas de vencimento, por parcelamento efetuado:

<u>Parcelamento</u>	<u>Parcela mensal</u>	<u>Data de vencimento</u>
1315818	10.819	Jul/2017
1236335	10.547	Mar/2017
1096165	11.593	Mai/2017
1331556	7.703	Out/2016
	<u>40.662</u>	

O parcelamento municipal (IPTU) tem vencimento em junho de 2016 e possui uma parcela fixa mensal de R\$7.960. A Entidade também possui um parcelamento de ISS incidente sobre construções, cujo vencimento será em dezembro de 2016 e as parcelas são fixas e mensais no valor de R\$2.386.

12. Outras obrigações – circulante e não circulante

	<u>30/06/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
		("Não auditado")
Conta banco movimento (Credora)	78.566	-
Outros	1.075	2.292
Contas de compensação	-	622.192
Total	<u>79.641</u>	<u>624.484</u>
Circulante	79.641	196.393
Não circulante	-	428.091

O saldo comparativo denominado "Contas de compensação" tinha como contrapartida o mesmo montante registrado no ativo circulante e não circulante, na rubrica Outros recebíveis, ambos baixados no período corrente.

13. Provisão de contingências

A Entidade é parte integrante em demandas jurídicas que fazem parte do curso normal de suas atividades, para as quais foram constituídas provisões baseadas na estimativa de seus consultores legais e melhores estimativas de sua Administração. As principais informações desses processos encontram-se assim representadas:

Contingências trabalhistas

168.272

-

A contingência trabalhista com provisão contabilizada se refere a duas reclamações que envolvem reivindicações de horas extras, horas de intervalo, acidente de trabalho etc. Com base no posicionamento dos advogados patrocinadores dessas demandas judiciais e de acordo com o status dos processos, foram estabelecidas provisões para essas ações trabalhistas, cuja estimativa é provável de perda, em 30 de junho de 2015.

Passivos contingentes

Em 30 de junho de 2015, a Entidade possuía em andamento um processo de natureza trabalhista no montante de R\$40.000, referente à reivindicação de horas extras, hora intervalo, estabilidade previdenciária, dano moral, dano material e insalubridade, cuja probabilidade é possível de perda, mas não provável, para o qual a Administração entende não ser necessária a constituição de provisão para eventual perda.

14. Patrimônio líquido

Não há saldo contábil em conta de patrimônio social referente ao patrimônio inicialmente constituído por aporte efetuado pelos Associados.

(i) Reserva de fundo social

Constituída estatutariamente pela taxa de 5% (cinco por cento) da renda bruta anual. Somente pode ser utilizada mediante autorização expressa do Conselho Deliberativo em aprovação por dois terços (2/3) de seus membros. Apesar de o estatuto não prever a existência de superávit no período suficiente para a constituição dessa reserva, a administração não a constituiu por ter apresentado déficit no período.

(ii) Reserva de construção

Constituída por contribuições fixas mensais dos associados com a finalidade de investimentos.

15. Receita operacional líquida

	<u>30/06/2015</u>	<u>30/06/2014</u>
		("Não auditado")
Receita para manutenção	4.569.227	4.177.925
Outras receitas	1.275.329	1.014.058
Revenda de mercadorias	1.095.263	1.199.704
Receita com títulos patrimoniais	357.417	340.774
Receita Operacional Bruta	7.297.236	6.732.461
ICMS s/ vendas	(39.775)	(62.871)
Devolução de Vendas	(447)	(903)
Receita Operacional Líquida	7.257.014	6.668.687

16. Custo dos serviços prestados

	<u>30/06/2015</u>	<u>30/06/2014</u>
	("Reapresentado")	("Não auditado")
Despesas com pessoal	(4.042.062)	(3.248.180)
Realização de eventos	(1.067.755)	(830.506)
Produtos vendidos	(801.049)	(722.109)
Insumos	(623.189)	(461.126)
Serviços de terceiros	(508.079)	(344.513)
Manutenção e reformas	(420.014)	(225.796)
Compra de materiais	(262.464)	(291.055)
Atividades Esportivas	(159.696)	(100.027)
Total	(7.884.308)	(6.223.312)

17. Despesas gerais e administrativas

	<u>30/06/2015</u>	<u>30/06/2014</u>
		("Não auditado")
Impostos	(225.597)	(162.460)
Materiais de expediente	(117.258)	(105.118)
Despesas com informática	(81.966)	(54.148)
Compra de materiais	(42.184)	(50.125)
Serviços de terceiros	(24.000)	(15.000)
Total	(491.005)	(386.851)

18. Despesas comerciais

	<u>30/06/2015</u>	<u>30/06/2014</u>
		("Não auditado")
Materiais p/ divulgação	<u>(113.871)</u>	<u>(108.336)</u>

19. Outras receitas e despesas

	<u>30/06/2015</u>	<u>30/06/2014</u>
		("Não auditado")
IPTU	(169.526)	-
Provisão de contingências	(168.272)	-
Outras receitas e despesas	(70.125)	-
Cobertura de seguro	2.046	5.670
Receita de Locação	6.621	2.800
Contas a receber	326.898	-
Total	<u>(72.358)</u>	<u>8.470</u>

20. Resultado financeiro líquido

É representada por:

	<u>30/06/2015</u>	<u>30/06/2014</u>
		("Não auditado")
Descontos Obtidos	59.058	21.712
Receitas financeiras	<u>59.058</u>	<u>21.712</u>
Juros e despesas bancárias	(672.530)	(113.259)
Juros sobre tributos	(11.502)	(7.197)
Despesas financeiras	<u>(684.032)</u>	<u>(120.456)</u>
Resultado financeiro líquido	<u>(624.974)</u>	<u>(98.744)</u>

21. Remuneração de pessoal-chave da Administração

No período de 6 (seis) meses findo em 30 de junho de 2015 e 2014, não houve remuneração do pessoal-chave da Administração da Entidade, tidos como conselheiros e diretores.

A Entidade não possui outros tipos de remuneração, tais como benefícios pós-emprego, outros benefícios de longo prazo ou benefícios de rescisão de contrato de trabalho.

22. Instrumentos financeiros

	30/06/2015		
	Valor justo por meio de resultado	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado
Ativos:			
Caixa e equivalentes de caixa	45.562	-	-
Contas a receber	-	1.131.460	-
Outros recebíveis	-	750.135	-
Passivos:			
Fornecedores	-	-	(1.141.055)
Outras obrigações	-	-	(79.641)
Total	45.562	1.881.595	(1.220.696)

	31/12/2014		
	Valor justo por meio de resultado	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado
Ativos:			
Caixa e equivalentes de caixa	77.962	-	-
Contas a receber	-	2.236.605	-
Outros recebíveis	-	639.366	-
Passivos:			
Fornecedores	-	-	(563.799)
Outras obrigações	-	-	(624.484)
Total	77.962	2.875.971	(1.188.283)

(i) Considerações gerais

A Entidade participa de operações envolvendo instrumentos financeiros, que se destinam a atender a finalidade social de proporcionar a prática desportiva exclusivamente amadora, reuniões sociais, bem como outras atividades como bares, lanchonetes e restaurantes.

(ii) Objetivos da gestão do risco financeiro

A Administração monitora e administra os riscos financeiros inerentes às operações e coordena o acesso aos mercados financeiros locais. Entre esses riscos destacam-se o risco de crédito e risco de liquidez. O principal objetivo é manter a exposição da Entidade a esses riscos em níveis mínimos, utilizando, para isso, instrumentos financeiros não derivativos e avaliando e controlando riscos de liquidez, uma vez que os ativos financeiros são substancialmente com associados e a Entidade entende não haver riscos de crédito relevantes.

A entidade não possui exposição relevante a risco de mercado, especificamente quanto a taxa de juros.

(iii) Gestão do risco de liquidez

A Entidade gerencia o risco de liquidez mantendo reservas e linhas de crédito bancárias, através do monitoramento contínuo das previsões e do fluxo de caixa real.

(iv) Risco de crédito

O risco de crédito da Entidade decorre relevantemente dos saldos com associados e de caixa e equivalentes de caixa mantidos em instituições financeiras. Com base em experiências de que títulos vencidos há mais de 180 dias possuem baixa expectativa de realização, estes são provisionados como perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa. Entretanto, em períodos futuros quando o saldo inadimplido igualar o valor do título vendido, automaticamente a Entidade toma a posse destes e os comercializa com futuros associados.

A Entidade mantém contas correntes bancárias em instituições financeiras aprovadas pela Administração, de acordo com critérios objetivos para diversificação de riscos.

(v) Análise de sensibilidade

Por não haver exposição relevante a risco de mercado, de crédito e de liquidez, a Entidade não desenvolveu uma análise de sensibilidade.

23. Cobertura de seguros

A Fundação adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações contábeis; consequentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores independentes. Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, a cobertura de seguro contra riscos operacionais está composta da seguinte forma:

<u>Coberturas</u>	<u>Vigência</u>	<u>30/06/2015</u>
Limite máximo de indenização (prédio e conteúdo)	05/05/2016	7.000.000
Limite máximo de indenização (prédio e conteúdo)	13/03/2016	3.500.000
Responsabilidade civil	26/09/2015	2.000.000
Total		12.500.000

24. Eventos subsequentes

A partir do segundo semestre de 2015, iniciou-se o mandato dos novos membros das diretorias e conselhos da Entidade, conforme rege seu estatuto social. O novo corpo diretivo instaurou sindicância interna para apurar comportamentos não adequados em informações financeiras, tendo detectado a ocorrência de pagamentos indevidos feitos a colaboradores e ex-colaboradores da Entidade, conforme quadro resumo a seguir, pagamentos estes registrados, de acordo com os anos apresentados, principalmente, em contas contábeis apresentadas nestas demonstrações financeiras na rubrica "Custos dos Serviços Prestados":

Registro do pagamento indevido, em:	1º semestre 2013	Ano de 2014	1º semestre 2015	TOTAL
Ativo	3.698	10.662	1.500	15.860
Custos dos serviços prestados	9.029	68.255	24.215	101.499
Despesas gerais e administrativas	-	-	5.348	5.348
	<u>12.726</u>	<u>78.917</u>	<u>31.064</u>	<u>122.707</u>

Em resumo, o esquema de pagamentos indevidos se deu, basicamente, pelo uso de recibos de prestação de serviços de terceiros referente a serviços não executados para a Entidade, cujos pagamentos bancários ocorreram para números de CPF diferentes dos apresentados nos recibos. Originado pelo mesmo esquema citado, também ocorreram pagamentos em dinheiro, diretamente pelo caixa. O resumo dos valores pagos via banco e em dinheiro segue abaixo:

Registro do pagamento indevido, em:	1º semestre 2013	Ano de 2014	1º semestre 2015	TOTAL
Transferência bancária	12.726	56.824	16.230	85.780
Pagamentos em dinheiro	-	22.094	14.834	36.928
Total	<u>12.726</u>	<u>78.917</u>	<u>31.064</u>	<u>122.707</u>

A Administração acredita ter realizado os procedimentos de sindicância com adequada diligência e suficiência, porém não há, objetivamente, como garantir que a totalidade de pagamentos indevidos foram detectados.

A Administração, amparada por seus assessores jurídicos, está analisando as medidas legais cabíveis para buscar o ressarcimento desses valores aos cofres da Entidade.



Caio Graco Hortenzi Vilela Braga
Presidente



Fernando Celso Rizzo Jr.
Diretor Financeiro



Gilmar Francisco Oliveira
Contador CRC 1SP 153.126/O-0



São Carlos Clube

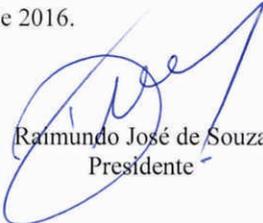
Conselho Deliberativo

SÃO CARLOS CLUBE
CNPJ No 59.620.815/0001-15

PARECER DO CONSELHO FISCAL
Demonstrações Contábeis
Balanco Encerrado em 30 de junho de 2015
SÃO CARLOS CLUBE

Os membros do Conselho Fiscal do São Carlos Clube, abaixo assinados, dentro de suas atribuições estatutárias, procederam ao exame das demonstrações contábeis referentes ao encerramento em 30 de junho de 2015 e com base nos exames efetuados, nos esclarecimentos prestados pela Diretoria Executiva e nos pareceres da empresa de Auditoria Verdus concluíram que os documentos acima estão adequadamente apresentados e opinam favoravelmente ao seu encaminhamento para aprovação do Conselho Deliberativo.

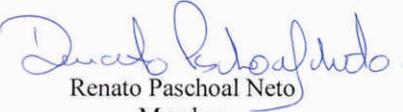
São Carlos, 08 de março de 2016.



Raimundo José de Souza
Presidente



Júlio César Rodrigues Nunes
Membro



Renato Paschoal Neto
Membro

